

FOLHA DE S.PAULO

Painel

Fantasma

Assombrado pelas manifestações de 2013, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) quer priorizar a classe média e evitar cobranças que o PT sofreu no passado. “Sabemos que perdemos parte do segmento. Queremos focar para maior aproximação e conquistá-lo, sim”, diz o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias. Dentre as políticas prioritárias estão a atualização das faixas de isenção do Imposto de Renda, crédito para os endividados e linha do Minha Casa, Minha Vida.

Gigante adormecido

Parte da preocupação deriva da avaliação de dirigentes do PT de que as manifestações de 2013, quando o governo foi cobrado por melhores serviços públicos para a classe média, foram a semente do impeachment de Dilma Rousseff em 2016.

Propostas

O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Alexandre de Moraes, prometeu enviar sugestões para aperfeiçoar o projeto de lei sobre as fake news que tramita na Câmara dos Deputados. O tema foi discutido em reunião na última quarta-feira (15) entre o ministro e o relator do projeto, o deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP).

Vigiai

O projeto, já aprovado no Senado, deve ser usado para incluir as alterações na legislação sobre redes sociais propostas pelo governo federal, à luz dos atos de 8 de janeiro. Uma das inovações será estabelecer o chamado “dever de cuidado” às plataformas, obrigando-as a retirar conteúdo sabidamente falso.

Vista grossa

O PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, fará na próxima quarta-feira (1º) uma reunião com a bancada federal para discutir como reforçar a oposição a Lula. O partido, no entanto, já admite a possibilidade de respeitar parlamentares que eventualmente votarem com o governo em alguns projetos, pressionados pelos cenários regionais.

Com moderação

“Nós temos uma bancada muito grande e diversa. O que vai haver é respeito à atuação parlamentar, mas dentro de alguns limites”, disse o líder do PL na Câmara, Altineu Côrtes (RJ). Em algumas pautas, o partido não vai abrir mão de votar unido. Ele também descartou a indicação de cargos no governo. “Em hipótese alguma.”

Lembrança

Em seu primeiro dia de trabalho como presidente do PL Mulher na quarta-feira (15), a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro levou uma caricatura dela com Bolsonaro em um porta-retrato para colocar em seu escritório.

Bandeira

Também irá decorar sua sala com a escultura de uma mão fazendo um gesto que, em libras, significa “eu te amo”. A inclusão de pessoas surdas é uma das agendas prioritárias da ex-primeira-dama.

Alívio

As equipes de resgate em São Sebastião (SP) encontraram na tarde dessa terça-feira (21) três crianças vivas que estavam soterradas em um dos morros da cidade, informou o prefeito Felipe Augusto (PSDB). Segundo ele, o episódio dá forças para seguirem com as buscas, que não têm previsão de acabar. “Onde há vida, há esperança.”

Força-tarefa

As equipes estão atuando 24h por dia desde que a região foi assolada por um volume recorde de chuvas, relata o prefeito. São cerca de 600 homens trabalhando, revezando-se em turnos e com poucas horas de sono. “É uma operação coordenada nas três esferas de poder, União, estado e município, com responsabilidade e agilidade, e muita vontade de fazer dar certo.”

A fundo

O deputado distrital Fábio Felix (PSOL-DF) iria protocolar nessa quarta-feira (22), na Câmara Legislativa do Distrito Federal, requerimentos para quebrar os sigilos fiscal, bancário, telefônico e telemático do coronel Jorge Eduardo Naime Barreto, chefe do Departamento Operacional da Polícia Militar do DF nos atos golpistas de 8 de janeiro.

Frente ampla

O parlamentar também pretende apresentar pedido para quebra de sigilo telefônico e telemático do ex-comandante-geral da PM-DF Fabio Augusto Vieira. Os dois requerimentos serão protocolados no âmbito da CPI dos atos antidemocráticos, instalada na Câmara do DF para apurar as ações de vandalismo de 12 de dezembro de 2022 e os atos de 8 de janeiro.

Mercado Verde

Representantes da Fecomércio-SP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo) vão pedir nesta quinta-feira (23) à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a regulação do mercado de carbono.

Com Guilherme Seto, Juliana Braga e Danielle Brant

Encaixotando móveis

Verba para ‘mudança fantasma’ de parlamentares chega a R\$ 79 mil

Valor ultrapassa R\$ 40 milhões e engloba reeleitos e quem é do DF

Ranier Bragon

Folhapress

Congressistas estão recebendo neste início de ano verba que totaliza mais de R\$ 40 milhões e que tem como justificativa uma situação que não encontra amparo na realidade.

Quase todos os 513 deputados federais e 27 senadores da legislatura que teve início no dia 1º, além dos que encerraram seus mandatos em 31 de janeiro, embolsaram ou embolsarão R\$ 39,3 mil brutos a título de ajuda de custo para se mudar para Brasília ou para fazer o caminho inverso, de volta aos estados de origem.

Desse total, cinco senadores e cerca de 280 deputados federais reeleitos receberam ou receberão duas cotas da verba-mudança, uma pelo fim da legislatura passada e outra pelo início da atual, somando R\$ 78,6 mil extras neste início de ano.

A verba-mudança é paga até mesmo para os deputados federais e senadores que foram eleitos pelo Distrito Federal. Além de não haver nenhuma justificativa do fornecimento de auxílio-mudança para quem já mora na capital federal e para reeleitos, que trabalham e continuarão a trabalhar no Congresso, os demais casos – daqueles que de fato deixaram de ser congressistas e os que ingressaram na Câmara ou Senado pela primeira vez – também são questionáveis.

O Congresso já fornece aos parlamentares outras generosas cotas para custeio de passagens aéreas e hospedagem, entre outros gastos.

Formação

Centrão negocia base paralela de apoio ao presidente Lula no Congresso Nacional

Ranier Bragon e João Gabriel

Folhapress

A montagem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de uma base de apoio no Congresso envolve a negociação com grupo de parlamentares de partidos que não são formalmente aliados, em especial do centrão – PL, PP e Republicanos, trinca que deu sustentação política a Jair Bolsonaro (PL).

Articuladores do governo, dirigentes e integrantes dessas legendas – além de outras menores, como o Podemos – falam de uma potencial bancada paralela pró-Lula em torno de 70 deputados e 10 senadores, o que seria decisivo para votações importantes no Congresso.

O ensaio de adesões ao governo é simbolizado pelo próprio partido de Bolsonaro, o PL, que é o maior da Câmara (99 dos 513 deputados) e o segundo no Senado (12 de 81). Apesar de abrigar alguns dos principais expoentes do bolsonarismo, a sigla deve ter dissidências significativas pró-governo nas duas casas.

O presidente nacional da legenda, Valdemar Costa Neto, tem afirmado em conversas com parlamentares que calcula de 20 a 30 deputados do partido com inclinação a se



Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Verba beneficia deputados eleitos e também aqueles que continuam no mandato

Além disso, há muitas décadas não é mais comum deputados e senadores se mudarem em caráter permanente para a capital federal.

A verba, cujo nome oficial é Ajuda de Custo, está amparada atualmente no Decreto Legislativo 172/2022, que estabelece a destinação de um salário extra (R\$ 39,3 mil) aos parlamentares no início e no fim do mandato.

A origem do benefício, entretanto, remonta ao fim do Estado Novo. A Constituição de 1946 estabelecia uma ajuda de custo anual aos congressistas de todo o país em uma época em que o Rio de Janeiro era a capital federal e em que o transporte aéreo comercial ainda engatinhava.

Com isso, congressistas receberam pelas décadas seguintes uma espécie de 14º e

15º salários a cada ano para “compensar as despesas com mudança e transporte” para a capital federal.

Em 2013, uma articulação comandada pelo então presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (MDB-RN), acabou por aprovar proposta da então senadora Gleisi Hoffmann (PR), hoje presidente do PT, o que limitou a ajuda de custo ao início e ao fim do mandato – de quatro anos na Câmara e de oito, no Senado.

Desde então, alguns parlamentares apresentaram projetos para acabar de vez com a verba ou para proibir o pagamento aos reeleitos, mas nada andou.

Câmara e Senado programaram 1.080 cotas da verba-mudança neste início do ano (relativos ao fim da legislatura passada e ao início da atual),

ao custo de mais de R\$ 40 milhões.

As duas Casas transferiram para as contas dos parlamentares no dia 31 de janeiro os R\$ 39,3 mil brutos relativos à legislatura passada.

O Senado pagou no último dia 2 os R\$ 39,3 mil da legislatura atual para os 27 novos integrantes da casa (só um terço das cadeiras do Senado entrou em disputa em 2022). A Câmara pagará a outra cota de R\$ 39,3 mil nesta terça-feira (28).

Estão na lista dos reeleitos que vão embolsar quase R\$ 80 mil extras parlamentares de todas as correntes ideológicas, como Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, o líder do centrão e presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o líder da bancada do PT na Câmara, Zeca Dirceu (PR).



Tauan Alencar/Câmara dos deputados

Deputado Arthur Lira na cerimônia de posse do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva

aliar ao governo, em especial os mais antigos na legenda, que não ingressaram na política por meio do bolsonarismo.

Valdemar tem feito uma brincadeira nessas conversas, a de que o PL é, como o próprio nome diz, um partido “liberal”, o que é entendido como um sinal de que não haverá punições.

Reservadamente, senadores afirmam que, a depender da pauta, até 25 dos 32 nomes que atualmente compõe o grupo de oposição a Lula podem votar junto com o governo, e o exemplo mais citado é o da reforma tributária.

Esquerda tem 25% das cadeiras

Lula foi eleito em meio à

tentativa de formação de uma ampla união política com o intuito de isolar o bolsonarismo. Seus problemas no Congresso, entretanto, começam pelo fato de a esquerda ter eleito apenas cerca de 25% das cadeiras da Câmara e do Senado.

Com isso, Lula distribuiu em um primeiro momento nove ministérios para PSD, MDB e União Brasil, partidos de centro e de direita que elegeram a base formal de União – se contada a adesão da União Brasil, ainda uma incógnita – para 282 das 513 cadeiras da Câmara e 52 das 81 do Senado.

Isso não é suficiente para um voo de cruzeiro no Congresso porque, contadas as dissidências nos três partidos

de centro e de direita, esses números ainda ficarão longe do necessário para aprovação de emendas à Constituição (que exigem apoio mínimo de 60% dos parlamentares: 308 na Câmara e 49 no Senado).

O União Brasil, por exemplo, até hoje vive um clima de conflagração entre lulistas e antilulistas.

Por isso, o PT e o governo buscam o centrão, que reúne cerca de um terço das cadeiras da Câmara e um pouco menos no Senado, no varejo com a expectativa de mais adiante também ter o apoio formal dessas legendas.

Como sempre ocorre nesses casos, os principais mecanismos de negociação são cargos de relevância na máquina federal e verbas do orçamento para os redutos eleitorais dos deputados, além de outros pleitos.

O PP de Arthur Lira (AL), presidente da Câmara, está dividido (a sigla tem 49 cadeiras na Câmara e 6 senadores) e aguarda sinais mais claros do Palácio do Planalto.

Lira será um fato crucial nessa equação. O parlamentar migrou rapidamente após a eleição para a órbita petista. Ele tem dado suporte ao governo neste início de legislatura e recebido sinais de retribuição.